

A ARQUITETURA GLOBAL DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Charlene Watson (ODI Global),
Liane Schalatek (Fundação Heinrich Böll) e Aurélien Evéquoz

FUNDAMENTOS DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

MARÇO DE 2025

O financiamento climático continua sendo fundamental para alcançar um desenvolvimento de baixa emissão e resiliente ao clima. A arquitetura global do financiamento climático é complexa e está em constante evolução. Os fundos passam por canais multilaterais – tanto dentro quanto fora da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês) e dos Mecanismos Financeiros do Acordo de Paris – e, cada vez mais, por canais e fundos bilaterais, regionais e nacionais para mudanças climáticas. Monitorar tais fluxos de financiamento climático é desafiador, pois não há uma definição consensual sobre o que constitui financiamento climático ou regras contábeis consistentes. A ampla gama de mecanismos de financiamento climático continua a desafiar a coordenação e a coesão. Mas os esforços para aumentar a inclusão e a complementaridade, bem como para simplificar o acesso, continuam.

Introdução: financiamento climático

O financiamento climático se refere aos recursos financeiros mobilizados e disponibilizados para financiar ações que mitiguem, adaptem e enfrentem os impactos das mudanças climáticas, incluindo os compromissos de financiamento público climático assumidos por países desenvolvidos no âmbito da UNFCCC, embora uma definição universal do termo “financiamento climático” ainda não tenha sido acordada internacionalmente. Em vez disso, houve esforços para atualizar uma definição operacional de financiamento climático¹, mais recentemente no Comitê Permanente de Finanças (CPF) em seu sexto relatório bienal de avaliação dos fluxos financeiros (UNFCCC, 2024a). No Acordo de Copenhague de 2009 (UNFCCC, 2010), os países desenvolvidos se comprometeram a fornecer financiamento próximo a US\$ 30 bilhões entre 2010 e 2012, com os países contribuintes – ao final do período de financiamento de início rápido – relatando que essas metas foram excedidas (Nakhouda et al., 2013). Esse compromisso foi reiterado na Decisão de Cancún (UNFCCC, 2011) e na Plataforma de Durban (UNFCCC, 2012). O Acordo de Paris (UNFCCC, 2015) reafirmou que os países desenvolvidos devem assumir a liderança na mobilização e no fornecimento de financiamento climático “de uma ampla variedade de fontes, instrumentos e canais”, em uma “progressão além dos esforços anteriores”. A decisão da Conferência das Partes (COP) que a acompanha concordou em estabelecer uma nova meta quantificada e coletiva (NCQG, sigla em inglês) até 2025, aumentando o piso mínimo de

US\$ 100 bilhões prometido em Copenhague para ser alcançado anualmente até 2020 (UNFCCC, 2016). As deliberações sobre a NCQG para o financiamento climático foram iniciadas em 2021 na COP26, realizada na cidade de Glasgow, com foco na expansão da escala, do escopo e da qualidade da provisão de financiamento climático com base na ciência e nas necessidades. Um processo de três anos para essa NCQG foi concluído em 2024 na COP29, sediada em Baku, com uma decisão obtida a duras penas e tomada no último minuto. As difíceis negociações abafaram a alegação dos países em desenvolvimento de que a nova meta de financiamento climático deveria ser entendida no contexto das disposições de equidade da UNFCCC, com um compromisso central de provisão de financiamento público pelos países desenvolvidos, visto que o entendimento desses países era de que seria uma meta de mobilização sob o Acordo de Paris, com os países desenvolvidos assumindo a liderança na concessão de financiamento aos países em desenvolvimento. Em seu texto de cinco páginas, a decisão da NCQG define a nova meta, “com as Partes dos países desenvolvidos assumindo a liderança, fornecendo pelo menos US\$ 300 bilhões por ano até 2035 às Partes dos países em desenvolvimento para a ação climática” e apela para que “todos os atores trabalhem juntos para possibilitar a ampliação do financiamento para as Partes dos países em desenvolvimento para a ação climática, proveniente de todas as fontes públicas e privadas, para pelo menos US\$ 1,3 trilhão por ano até 2035” (UNFCCC, 2024b).

Muitos países destacaram a necessidade de um apoio internacional ampliado na implementação de seus Planos Nacionais de Adaptação, bem como no aumento da ambição de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas, conforme registrado mais recentemente pelo Comitê Permanente de Finanças da UNFCCC em um segundo Relatório de Determinação de Necessidades (UNFCCC, 2024b). Garantir que o financiamento e o investimento adequados estejam disponíveis para atingir essas metas continua sendo o principal desafio para o futuro (UNFCCC, 2023a; IHLEG 2024). Os países em de-

1. O CPF adotou a seguinte definição operacional de financiamento climático, conforme consta no sexto relatório bienal de avaliação, no parágrafo 12 (c), página 5 (UNFCCC, 2024a): “O financiamento climático visa reduzir as emissões e aumentar os sumidouros de gases de efeito estufa, visa reduzir a vulnerabilidade, aumentar a capacidade de adaptação, e popularizar e aumentar a resiliência dos sistemas humanos e ecológicos aos impactos climáticos negativos. Isso inclui o financiamento para ações identificadas na contribuição nacionalmente definida de um país, a comunicação de adaptação, o plano nacional de adaptação, a estratégia de desenvolvimento de longo prazo com baixas emissões ou outro plano nacional para implementar e atingir as metas do Acordo de Paris e o objetivo da Convenção.”

envolvimento também defenderam o financiamento para lidar com perdas e danos já ocorridos em seus territórios como resultado das mudanças climáticas como sendo o terceiro pilar do financiamento climático, além do apoio à adaptação e mitigação (V20, 2022; hbs et al., 2021). Em resposta, na COP27, as Partes decidiram estabelecer novos acordos de financiamento para lidar com perdas e danos, incluindo um Fundo para Resposta a Perdas e Danos (FRLD, sigla em inglês). As principais modalidades do FRLD foram negociadas ao longo de 2023 e aprovadas na COP28, realizada em Dubai. A COP29, sediada em Baku, confirmou seu estabelecimento como um fundo financeiro intermediário com um secretariado sediado pelo Banco Mundial até a COP33, após seu primeiro ano de operação.

Assim como a meta anterior de US\$ 100 bilhões, a NCQG não específica quanto dos US\$ 300 bilhões por ano até 2035 deve vir da provisão de financiamento público dos países desenvolvidos em oposição ao financiamento que poderia ser mobilizado e oriundo dos atores privados, nem contém referências ou metas sobre como atingir a mobilização financeira acelerada até 2035. Não constam na decisão da NCQG quaisquer referências aos princípios fundamentais do financiamento climático sob a UNFCCC, como a adequação ou a previsibilidade. Os fundos devem vir de uma ampla gama de fontes, sejam elas públicas, privadas, bilaterais ou multilaterais, além das fontes alternativas. Embora a decisão da NCQG reconheça a necessidade de recursos públicos e baseados em subsídios e financiamento altamente concessional, particularmente para adaptação e para responder a perdas e danos em Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e Países Menos Desenvolvidos, ela não estabelece novos compromissos ambiciosos de financiamento para adaptação. Em vez disso, a promessa feita pelos países desenvolvidos na COP26, de pelo menos dobrar sua provisão de financiamento para adaptação em relação aos níveis de 2019 até 2025, continua sendo o compromisso mais recente diante dos múltiplos apelos para ampliar o financiamento para adaptação. Embora um relatório recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tenha declarado que essa duplicação está no caminho certo (OCDE, 2024a), um relatório do Comitê de Desenvolvimento Sustentável ilustrou os desafios de estabelecer uma referência para essa duplicação (UNFCCC, 2024d). Também não está claro se o financiamento para a resposta a perdas e danos está incluído na NCQG.

A decisão da NCQG ressalta a importância de reformar a arquitetura financeira multilateral para apoiar o financiamento da ação

climática. Ela estabelece compromissos para atores específicos na arquitetura global de financiamento climático, em particular para os fundos climáticos multilaterais que fazem parte do Mecanismo Financeiro da UNFCCC e do Fundo de Adaptação.

Os recursos públicos que passam pelas entidades operacionais do Mecanismo Financeiro da UNFCCC, do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, sigla em inglês) e do Fundo Verde para o Clima (GCF, sigla em inglês), bem como do Fundo de Adaptação, do Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (LDCF, sigla em inglês) e do Fundo Especial para as Mudanças Climáticas (SCCF, sigla em inglês) devem observar “um aumento significativo de recursos públicos” alocados por meio deles para os países em desenvolvimento com esforços para “pelo menos triplicar as saídas anuais” desses fundos em relação aos níveis de 2022 até 2030, como uma forma de “aumentar significativamente a parcela de financiamento entregue através deles”. No entanto, esta meta não é demasiado ambiciosa, visto que 2022 foi um ano com saídas financeiras menores para os fundos em questão em comparação com os três anos anteriores (UNFCCC, 2024a), mas sugere saídas de mais de US\$ 5 bilhões em 2030 (ver Tabela 1, conforme extraído de dados da Climate Funds Update). Embora o FRLD seja uma entidade operacional do Mecanismo Financeiro da UNFCCC, ele ainda não estava em operação em 2022.

Ao contrário da contabilização da meta de US\$ 100 bilhões, segundo a NCQG, todas as saídas e financiamentos relacionados ao clima dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs), incluindo aportes financeiros nos BMDs feitos por alguns países em desenvolvimento, como a China, poderiam ser contabilizados para o cumprimento da meta. Isso deve ser analisado à luz do compromisso assumido por um grupo de 11 BMDs na COP29, realizada em Baku, de canalizar coletivamente, até 2030, US\$ 120 bilhões por ano em financiamento climático para países de baixa e média renda. Além disso, seriam transferidos mais US\$ 50 bilhões por ano para países de alta renda (Banco Mundial, 2024).

A decisão da NCQG destaca a importância de reduzir as restrições, os desafios, as desigualdades sistêmicas e as barreiras existentes ao acesso ao financiamento climático, como o alto custo do capital, os requisitos de cofinanciamento e os processos de solicitação onerosos. É necessário que os fundos multilaterais dedicados ao clima priorizem o acesso direto, as abordagens programáticas, processos de desembolso e a harmonização e flexibilização dos requisitos

Tabela 1: Saídas de fundos multilaterais para o clima em 2022, conforme a decisão da NCQG, que prevê a triplicação dos valores até 2030

Fundo multilateral para o clima nomeado pela decisão da NCQG	Ação climática financiada em 2022 (em milhões de dólares americanos) ²	Estimativa de triplicação até 2030
Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)	115	345
Fundo Verde para o Clima (GCF)	1.504	4.512
Fundo de Adaptação (AF)	126	378
Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (LDCF)	130	390
Fundo Especial para Mudanças Climáticas (SCCF)	1	3
TOTAL	1.876	5.628

Fonte: Dados da Climate Funds Update. Esses números podem variar em relação aos da Avaliação Bial. Isso pode ocorrer devido à atualização retrospectiva da Climate Funds Update como resultado de mudanças no projeto, flutuações na taxa de câmbio e outras diferenças metodológicas.

2. Esses números podem variar em relação aos da Avaliação Bial. Isso pode ocorrer devido à atualização retrospectiva da Climate Funds Update como resultado de mudanças no projeto, flutuações na taxa de câmbio e outras diferenças metodológicas.

de aprovação e informação. Pela primeira vez, o foco também se volta para o acesso a outras formas de financiamento. A NCQG insta os provedores bilaterais de financiamento climático a expandir o planejamento programático plurianual e a aumentar o apoio às abordagens lideradas localmente, especialmente em adaptação. Além disso, ela convida, em particular, os BMDs a implantarem mais instrumentos financeiros não indutores de dívida e a ampliarem o financiamento altamente concessional, inclusive por meio da simplificação do acesso e da reformulação da percepção e do apetite ao risco dos BMDs. O progresso da obtenção de tais autorizações para melhorar esse acesso será avaliado em 2030, estando, portanto, a meio caminho do cumprimento do NCQG (UNFCCC, 2024b).

A decisão da NCQG também lança um processo de um ano, sob as presidências da COP29 e da COP30, para um “Roteiro de Baku a Belém para 1,3T”, com a intenção de ampliar o financiamento climático para países em desenvolvimento, a fim de apoiar o desenvolvimento de baixa emissão e resiliente ao clima. Outro objetivo também é a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas e dos Planos Nacionais de Adaptação por meio de instrumentos e medidas concessionais e não geradoras de dívida para criar espaço fiscal. No início de 2025, não havia clareza quanto ao processo, foco ou escopo do roteiro, nem quanto ao papel dos atores e canais de financiamento climático. Também não se sabia como o roteiro seria considerado na COP30. Como sucessor da primeira meta de financiamento climático estabelecida em 2009, resta saber se as autorizações e os compromissos da NCQG são suficientes para acelerar a trajetória historicamente baixa e lenta de aumento do financiamento mobilizado pelos países desenvolvidos para a ação climática dos países em desenvolvimento. Esse ritmo lento corre o risco de minar a ambição climática, especialmente porque 2025 é o ano em que as Partes devem apresentar novas Contribuições Nacionalmente Determinadas para a ação climática. A confiança permanece baixa entre as Partes, especialmente porque, até o ano de 2020, a NCQG nem sequer tinha abordado o atraso dos países desenvolvidos em cumprir o compromisso de US\$ 100 bilhões por ano até 2022 (OCDE, 2024b).

Um estudo encomendado pelos governos francês e peruano, em suas respectivas funções como Presidentes da COP21 e da COP20, concluiu que US\$ 62 bilhões em fontes públicas e privadas foram direcionados dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento em 2014 (OCDE, 2015). Esse valor aumentou para US\$ 83,3 bilhões em 2020 e US\$ 89,6 bilhões em 2021 (OCDE, 2022; OCDE, 2024b). Para 2022, a OCDE estimou que um total de US\$ 115,9 bilhões em financiamento climático havia sido mobilizado e fornecido por países desenvolvidos a países em desenvolvimento. Assim, pela primeira vez, superou-se a meta de US\$ 100 bilhões que os países desenvolvidos deveriam atingir até 2020 (OCDE, 2024b). É notável que, nessa leitura mais ampla do financiamento relacionado ao clima, uma parte substancial venha do setor privado e a adicionalidade do financiamento público identificada não esteja clara (ou seja, quanto disso representa um esforço além dos compromissos existentes de financiamento do desenvolvimento). Lançada em 2024, a sexta edição da Avaliação Biental e do Panorama dos Fluxos de Financiamento Climático da UNFCCC relata que o financiamento específico para o clima e o financiamento geral básico fornecido pelas Partes do Anexo II aos países em desenvolvimento cresceram de US\$ 42 bilhões em financiamento público internacional para os países em desenvolvimento em 2013–2014 para US\$ 49 bilhões anualmente em 2015–2016, US\$ 52 bilhões anualmente em 2017–2018 e uma média de US\$ 53 bilhões por ano em 2019–2020. Para 2021–2022, dados preliminares mostraram que foi enviada uma média de

US\$ 58 bilhões por ano (UNFCCC, 2024d). Entretanto, esses números permanecem baixos em comparação aos US\$ 1,3 trilhão estimados em fluxos anuais de financiamento climático para o período de 2021–2022, que inclui financiamento público e privado de todos os países, com a maioria dos fluxos financeiros ocorrendo entre e dentro dos países desenvolvidos (Naran et al., 2024; UNFCCC, 2024d).

A Figura 1 apresenta uma visão geral da arquitetura global de financiamento climático, com foco particular nos mecanismos públicos de financiamento relacionados ao clima. Existem diversos canais pelos quais o financiamento climático passa, incluindo fundos multilaterais para o clima dedicados ao enfrentamento das mudanças climáticas. Vários países desenvolvidos também estabeleceram iniciativas de financiamento climático ou estão alocando os recursos de financiamento climático por meio de suas instituições bilaterais de assistência ao desenvolvimento. Muitos países em desenvolvimento também criaram fundos regionais e nacionais, além de canais de colaboração para receber financiamento climático. Até dezembro de 2024, três fundos climáticos globais (o Fundo Verde para o Clima, o Fundo para Resposta a Perdas e Danos e o Fundo de Adaptação) receberam US\$ 142 milhões em promessas de três governos subnacionais (Bruxelas, Valônia e Flandres) e das cidades de Quebec e Paris. Os tipos de financiamento climático disponíveis variam de subsídios e empréstimos concessionais a garantias e capital privado. A arquitetura possui várias estruturas de governança, modalidades e objetivos. Embora a transparência do financiamento climático programado por meio de iniciativas multilaterais esteja aumentando, as informações detalhadas sobre as iniciativas bilaterais e os fundos regionais e nacionais não costumam estar prontamente disponíveis.

A ampla variedade de canais de financiamento aumenta as opções e, portanto, as possibilidades de acesso dos países beneficiários ao financiamento climático. Teoricamente, também crescem as possibilidades de complementaridade financeira. Todavia, isso pode tornar o processo mais complexo. Torna-se cada vez mais difícil monitorar, reportar e verificar o financiamento climático, coordenar uma resposta e prestar contas de seu uso eficaz e equitativo. No entanto, há oportunidade de extrair lições dessa diversidade sobre a melhor forma de estruturar o financiamento climático para maximizar os impactos e os cobenefícios ambientais, de igualdade de gênero e sociais. O site da Climate Funds Update (CFU, sigla em inglês) busca rastrear essa arquitetura complexa. A Climate Funds Update rastreia as entidades operacionais da UNFCCC, grandes fundos multilaterais climáticos que se destacam nos relatórios à UNFCCC e fundos que tiveram um papel significativo na demonstração. O site não rastreia todos os fundos climáticos ou canais de financiamento climático, devido à disponibilidade de informações e às limitações de recursos.

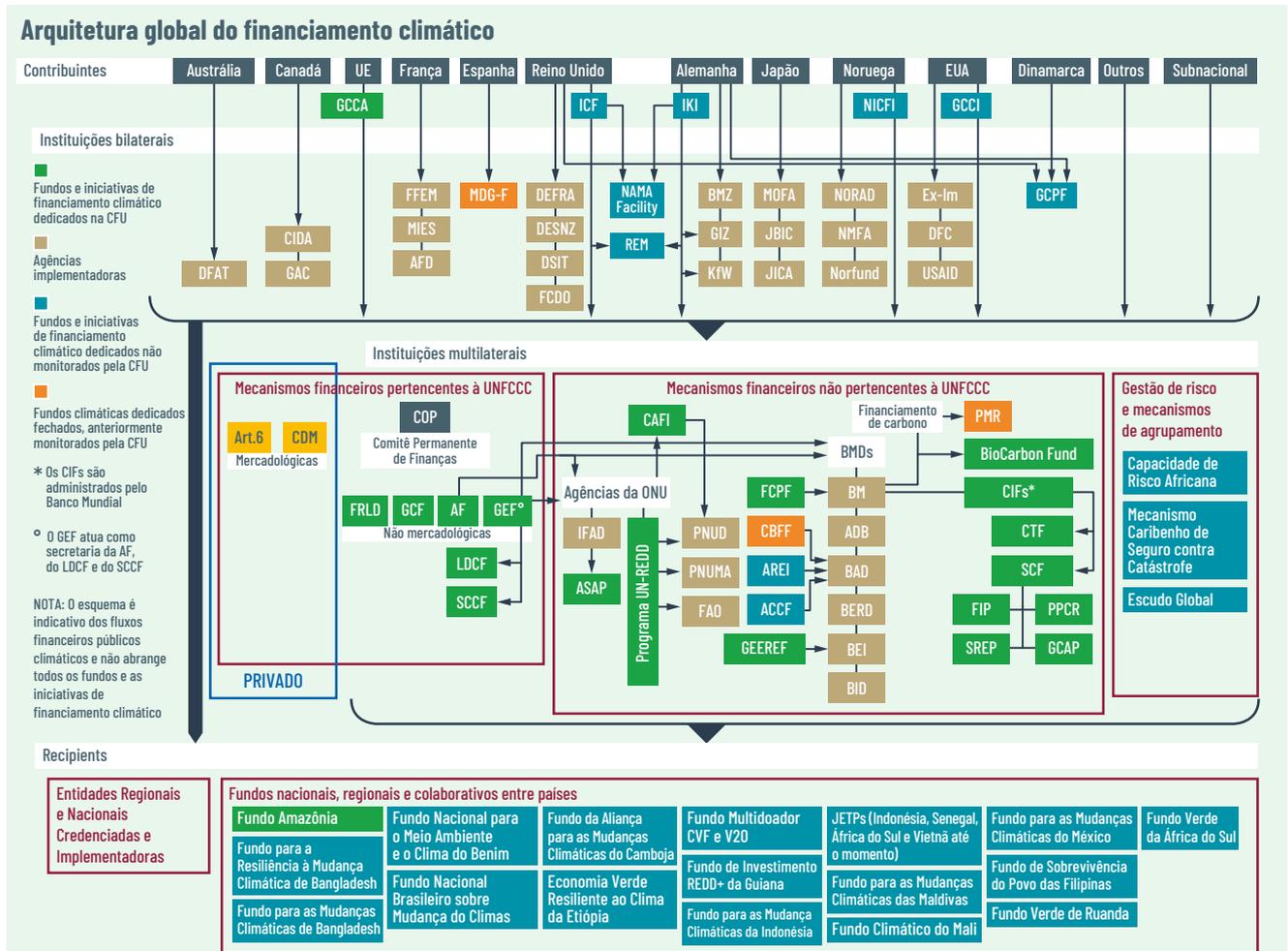
Canais multilaterais para o financiamento climático

Iniciativas multilaterais de financiamento climático costumam romper com as estruturas de governança dominadas pelos países contribuintes, típicas de instituições financeiras para o desenvolvimento. Isso confere aos governos de países em desenvolvimento maior voz e representação na tomada de decisões. Foram tomadas medidas para aumentar a inclusão e a responsabilização na governança de fundos multilaterais para o clima, inclusive com a criação de um papel para as partes interessadas não governamentais como observadores em reuniões sobre financiamento, com vários graus de oportunidades de participação ativa.

Estabelecido em 1991, o **Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, sigla em inglês)** é uma entidade operacional do Mecanismo Financeiro da UNFCCC, que desempenha a mesma função para o Acordo de Paris, com um longo histórico em financiamento ambiental. Ele também atua como mecanismo financeiro para várias outras convenções, incluindo as que tratam de biodiversidade e desertificação. Os recursos são alocados para atingir diversas áreas focais, incluindo as mudanças climáticas, de acordo com o impacto dos recursos gastos nos resultados ambientais, além de garantir que todos os países em desenvolvimento tenham uma parcela do financiamento. Para a sexta renovação do GEF (GEF-6, 2014-2018), 30 países doadores prometeram US\$ 4,43 bilhões em todas as áreas focais, dos quais US\$ 1,26 bilhão apoiaram a área focal de mudanças climáticas. O GEF-6 mudou o foco de sua programação para atingir diversas áreas focais, incluindo as mudanças climáticas, em áreas temáticas como cidades sustentáveis e uso da terra e florestas. Para o sétimo período de renovação (GEF-7, 2019-2022), cerca de 30 países prometeram US\$ 4,1 bilhões para todas as cinco áreas focais, com um aumento no financiamento para serem usados nas áreas de biodiversidade e degradação da terra, mas houve uma redução do valor do financiamento para mudanças climáticas - a saber, US\$ 728 milhões. Para o oitavo período de renovação (GEF-8, 2022-2026), 32 governos doadores prometeram US\$ 5,33 bilhões, mas apenas US\$ 906 milhões são dedicados à área focal de mudanças climáticas. A partir de dezembro de 2024, por meio do quarto, quinto, sexto, sétimo e oitavo Fundos, o GEF aprovou mais de 995 projetos na área focal de mudanças climáticas, totalizando US\$ 4,5 bilhões.

O GEF também administra o **Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (LDCF, sigla em inglês)** e o **Fundo Especial para as Mudanças Climáticas (SCCF, sigla em inglês)**, sob a orientação da COP da UNFCCC. Esses fundos apoiam o desenvolvimento e a implementação de Planos Nacionais de Adaptação, embora em grande parte por meio de projetos de menor escala (com um teto nacional para financiamento de US\$ 20 milhões). A partir de dezembro de 2024, o LDCF aprovou US\$ 1,5 bilhão para 320 projetos, com transferências de caixa para projetos de US\$ 548 milhões, enquanto o SCCF aprovou US\$ 289 milhões para 75 projetos, totalizando US\$ 204 milhões em transferências de caixa.

Formalmente vinculado à UNFCCC, o **Fundo de Adaptação** recebe financiamento por meio de uma taxa de 2% sobre a venda de créditos de emissão do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto. Agora autorizada para servir ao Acordo de Paris, está sendo criada uma fonte de financiamento automatizada similar, proveniente do novo mecanismo de mercado de carbono desenvolvido sob o Acordo de Paris. Após o acordo feito na COP26, realizada em Glasgow, o Fundo de Adaptação receberá 5% da parcela dos recursos provenientes da venda de créditos de emissões no âmbito do novo mecanismo de mercado que substituiu o Artigo 6.4 do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (UNFCCC, 2021). No entanto, em tempos de preços baixos do carbono, o Fundo de Adaptação depende cada vez mais de contribuições de países desenvolvidos para se manter à tona. Em operação desde 2009, os aportes financeiros totais somam US\$ 2,1 bilhões, com transferências totais de US\$ 756 milhões para projetos. O Fundo de Adaptação foi pioneiro no acesso direto ao financiamento climático para países em de-



Agências e instituições implementadoras		Fundos e iniciativas multilaterais		Fundos e iniciativas bilaterais	
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento	AAAF	Programa Africano de Aceleração da Adaptação	GCCI	Iniciativa Global para Mudanças Climáticas (Estados Unidos)
AFD	Agence Française de Développement (Agência Francesa de Desenvolvimento)	ACT	Programa de Aceleração da Transição do Carvão (implementado pelo Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e Banco Interamericano de Desenvolvimento)	GCPF	Fundo de Parceria Global para o Clima (Alemanha, Reino Unido e Dinamarca)
ADB	Banco Asiático de Desenvolvimento			ICF	Financiamento Climático Internacional (Reino Unido)
BMZ	Ministério Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha	AF	Fundo de Adaptação (o Fundo Global para o Meio Ambiente atua como secretária e o Banco Mundial serve como administrador)	IKI	Iniciativa Internacional do Clima (Alemanha)
CIDA	Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional	ACCF	Fundo Africano para as Alterações Climáticas	MDG-F	Fundo para o Cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (implementado pelo PNUD)
DESNZ	Departamento de Segurança Energética e Neutralidade de Carbono Líquido do Reino Unido	AREI	Iniciativa Africana para as Energias Renováveis	NAMA Facility	Mecanismo de Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (Reino Unido, Alemanha, Dinamarca e a Comissão Europeia)
DEFRA	Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido	Art.6	Artigo 6: Abordagens de mercado e não mercadológicas (implementado sob o Acordo de Paris)	NICFI	Iniciativa Internacional da Noruega para o Clima e Florestas
DFAT	Departamento de Relações Exteriores e Comércio da Austrália	ASAP	Programa de Adaptação para a Agricultura de Pequenos Produtores	REM	Programa REDD+ for Early Movers (Alemanha e Reino Unido)
DFC	Corporação Financeira dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional	CAFI	Iniciativa Florestal da África Central		
DSIT	Departamento de Ciência, Inovação e Tecnologia do Reino Unido	CBFF	Fundo Florestal da Bacia do Congo (patrocinado pelo Banco Africano de Desenvolvimento)		
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento	CDM	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (implementado sob o Protocolo de Quioto)		
BEI	Banco Europeu de Investimento	CIF	Fundos de Investimento Climático (implementados pelo Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e Banco Interamericano de Desenvolvimento)		
Ex-Im	Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos				
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	CTF	Fundo de Tecnologia Limpa (implementado pelo Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e Banco Interamericano de Desenvolvimento)		
FCDO	Escritório de Relações Exteriores, Commonwealth e Desenvolvimento do Reino Unido				
FFEM	Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial	FCPF	Fundo de Parceria para o Carbono Florestal		
GAC	Assuntos Globais do Canadá				
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (Cooperação técnica alemã)	FIP	Programa de Investimento Florestal (implementado pelo Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e Banco Interamericano de Desenvolvimento)		
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento				
IFAD	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola	FRLD	Fundo para Resposta a Perdas e Danos		
JBIC	Banco Japonês para a Cooperação Internacional	GCAP	Programas Globais de Ação Climática (implementados pelo Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e Banco Interamericano de Desenvolvimento)		
JICA	Agência Japonesa para a Cooperação Internacional				
KfW	Kreditanstalt für Wiederaufbau (Banco Alemão de Desenvolvimento)	GCCA	Aliança Global para as Mudanças Climáticas		
MIES	Mission Interministérielle de l'Effet de Serre (Força-tarefa interministerial francesa sobre mudanças climáticas)	GCF	Fundo Verde para o Clima		
MOFA	Ministério das Relações Exteriores do Japão	GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente		
NMFA	Ministério das Relações Exteriores da Noruega	GEEREF	Fundo Global para a Eficiência Energética e Energias Renováveis (sediado pelo Banco Europeu de Investimento)		
Norfund	Fundo Norueguês de Investimento para Países em Desenvolvimento	LDCF	Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (sediado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente)		
NORAD	Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento	PMR	Parceria para Preparação de Mercado		
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PPCR	Programa Piloto para a Resiliência Climática (implementado por meio do Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e Banco Interamericano de Desenvolvimento)		
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	SCCF	Fundo Especial para as Mudanças Climáticas (sediado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente)		
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional	SCF	Fundo Estratégico para o Clima (implementado pelo Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e Banco Interamericano de Desenvolvimento)		
BM	Banco Mundial	SREP	Programa de Ampliação de Energias Renováveis em Países de Baixa Renda (implementado pelo Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e Banco Interamericano de Desenvolvimento)		
		Programa UN-REDD	Programa Colaborativo das Nações Unidas para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal		

envolvimento por meio de entidades nacionais implementadoras credenciadas, capazes de atender aos padrões administrativos, ambientais, sociais e de gênero acordados, em oposição a trabalhar exclusivamente por meio de agências da ONU ou BMDs como agências implementadoras multilaterais.

O **Fundo Verde para o Clima (GCF, sigla em inglês)** da UNFCCC foi acordado na COP de Durban e entrou em operação com seus primeiros projetos aprovados no final de 2015. Assim como o GEF, ele serve como uma entidade operacional do Mecanismo Financeiro da UNFCCC e do Acordo de Paris e recebe orientação da COP. Como o

maior fundo climático multilateral, ele visa financiar a mudança de paradigma rumo ao desenvolvimento resiliente ao clima e de baixo carbono nos países em desenvolvimento com uma abordagem orientada pelo país e um compromisso com uma alocação equilibrada de financiamento igualitário para adaptação e mitigação. O processo inicial de mobilização de recursos para o GCF arrecadou US\$ 10,3 bilhões. Todavia, o fracasso dos Estados Unidos em contribuir com US\$ 2 bilhões dos US\$ 3 bilhões acordados, além das flutuações da taxa de câmbio, significa que apenas US\$ 7,1 bilhões estavam disponíveis para o período de 2015–2019. A primeira renovação formal do Fundo Verde para o Clima (FCV-1) resultou em promessas de fundos de 34 contribuintes, no valor de US\$ 10 bilhões para o período de 2020–2023, bem como no pagamento de US\$ 1 bilhão por parte dos Estados Unidos, que ficaram de fora do GCF-1, ainda pendentes desde o período inicial de mobilização de recursos. O segundo período de renovação do GCF (FCV-2), entre os anos de 2024 e 2027. Esse período começou em 2023 e tecnicamente excede esse nível de financiamento, com um total de US\$ 13,6 bilhões prometidos por 34 países para programação nos próximos quatro anos, embora o governo Trump tenha anunciado a rescisão de todas as promessas pendentes dos EUA ao GCF, no valor de US\$ 4 bilhões, incluindo US\$ 1 bilhão restante da fase inicial de mobilização de recursos (Mathiesen, 2025).

Os países em desenvolvimento podem acessar o Fundo Verde para o Clima tanto por meio dos bancos multilaterais de desenvolvimento, dos bancos comerciais internacionais e das agências da ONU, quanto diretamente por meio de entidades implementadoras nacionais, regionais e subnacionais credenciadas, públicas e privadas. Em dezembro de 2024, a rede de parceiros implementadores do GCF havia aumentado para 139 entidades credenciadas, e o GCF tinha um portfólio de 286 projetos ativos, com US\$ 15,9 bilhões em compromissos de financiamento do GCF para projetos aprovados e US\$ 5,2 bilhões desembolsados.

Na COP27, as Partes decidiram estabelecer novos arranjos de financiamento para lidar com perdas e danos, incluindo o **Fundo para Resposta a Perdas e Danos (FRLD, sigla em inglês)**. As principais modalidades do novo fundo foram negociadas ao longo de 2023 (Schalatek, 2023) e seu instrumento de governança foi aprovado na COP28 em Dubai (UNFCCC, 2023b), tendo seu secretariado interinamente sediado no Banco Mundial, conforme confirmado pela COP29 em Baku (UNFCCC, 2024e). O novo Conselho do FRLD trabalhou em 2024 para promover a estrutura institucional do fundo, com as políticas operacionais e os procedimentos de financiamento do fundo, incluindo os acordos iniciais de financiamento que teriam início em 2025, ainda a serem definidos (UNFCCC, 2024f). O FRLD se junta ao GCF e ao GEF como entidade operacional do Mecanismo Financeiro da UNFCCC e do Acordo de Paris, recebendo orientações anuais da COP. Seu objetivo é auxiliar os países em desenvolvimento que são especialmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas na resposta às perdas e aos danos econômicos e não econômicos associados aos efeitos adversos das mudanças climáticas, incluindo eventos climáticos extremos e eventos de início lento. Em fevereiro de 2025, 25 governos, um governo subnacional e a União Europeia prometeram US\$ 741 milhões ao Fundo.

Na COP16, o **Comitê Permanente de Finanças** foi estabelecido no âmbito da UNFCCC para auxiliar a COP a atingir os objetivos do Mecanismo Financeiro da Convenção. O comitê³ foi incumbido, entre outras coisas, de preparar uma avaliação bial de fluxos de financiamento climático. A sexta versão da avaliação foi publicada em 2024 e detalha os fluxos de financiamento de 2021–2022 (UNFCCC,

2024a). A partir de 2028, o comitê também será obrigado a publicar um relatório bial de progresso sobre a decisão da NCQG.

Um volume substancial de financiamento climático foi canalizado por meio de instituições que não estão diretamente sob a orientação da COP da UNFCCC e do Acordo de Paris.

Os **Fundos de Investimento Climático (CIFs, sigla em inglês)**, criados em 2008, são administrados pelo Banco Mundial, mas operam em parceria com os bancos regionais de desenvolvimento, incluindo o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB, sigla em inglês), o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB). Os CIFs financiam as intervenções programáticas em países em desenvolvimento selecionados, com o objetivo de aprimorar a compreensão de como o financiamento público é mais bem aplicado em larga escala para auxiliar na transformação das trajetórias de desenvolvimento. Os CIFs têm um compromisso total de US\$ 11,6 bilhões. Eles incluem um **Fundo de Tecnologia Limpa (CTF, sigla em inglês)** e US\$ 2,19 bilhões em transferências em espécie para projetos até o momento, e um **Fundo Climático Estratégico (SCF, sigla em inglês)**, com US\$ 2,68 bilhões em contribuições e US\$ 1,61 bilhão em transferências em espécie para projetos em dezembro de 2024. O SCF é composto pelo **Programa Piloto para a Resiliência Climática (PPCR, sigla em inglês)**, o **Programa de Investimento Florestal (FIP, sigla em inglês)**, o **Programa de Ampliação de Energias Renováveis em Países de Baixa Renda (SREP, sigla em inglês)** e os **Programas Globais de Ação Climática (GCAP, sigla em inglês)** com vários subprogramas, incluindo sobre cidades inteligentes e descarbonização industrial. Embora os CIFs tivessem uma cláusula de caducidade que entraria em vigor quando uma arquitetura global estivesse em vigor (comumente entendida como a operacionalização do GCF), em 2019 essa cláusula foi mais uma vez revisitada e então adiada indefinidamente, abrindo caminho para uma recapitalização dos CIFs. Os CIFs também estabeleceram o **programa de Aceleração da Transição do Carvão**, no âmbito do CTF, que atuará em diversos países em desenvolvimento dependentes do carvão, enquanto o programa de aceleração é um parceiro fundamental na Parceria para uma Transição Energética Justa da África do Sul (veja abaixo).

Os **bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs)** desempenham um papel proeminente na disponibilização de financiamento climático multilateral, com compromissos de financiamento climático de US\$ 59 bilhões assumidos somente em 2023 (BEI et al., 2024). Muitos incorporaram considerações sobre mudanças climáticas em seus principais empréstimos e operações, e a maioria desses bancos agora também administra iniciativas de financiamento climático com escopo regional ou temático. A unidade de financiamento de carbono do Banco Mundial criou o **Mecanismo de Parceria para o Carbono Florestal (FCPF, sigla em inglês)** para explorar como as receitas do mercado de carbono podem ser aproveitadas para reduzir as emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal, a conservação florestal, o manejo florestal sustentável e o aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+, sigla em inglês). O mecanismo também administra a **Parceria para a Preparação do Mercado (PMR, sigla em inglês)**, que visa auxiliar os países em desenvolvimento a estabelecer mecanismos de mercado para responder às mudanças climáticas, e o **Fundo BioCarbon**, uma parceria público-privada que mobiliza e fornece financiamento para o sequestro ou a conservação de carbono no setor de uso da terra. O Banco Europeu de Investimento administra o **Fundo Global para a Eficiência Energética e Energias Renováveis (GEEREF, sigla em**

3. É importante notar que o comitê é um mecanismo de supervisão e não um fundo.

inglês) da União Europeia (UE). O Banco Africano de Desenvolvimento também financia o reforço da preparação para o financiamento climático em países africanos por meio do **Fundo Africano para as Mudanças Climáticas (ACCF, sigla em inglês)**, financiado pela Alemanha, cujos primeiros projetos foram aprovados em 2015. O Banco Africano de Desenvolvimento também é o administrador da **Iniciativa para as Energias Renováveis da África (AREI, sigla em inglês)** e abriga o Fundo da AREI, com recursos previstos de US\$ 10 bilhões. Ele também apoia o **Programa de Aceleração da Adaptação da África (AAP, sigla em inglês)**, com o objetivo de mobilizar US\$ 25 bilhões em recursos até o final de 2025.

Tanto os BMDs quanto as agências da ONU atuam como entidades implementadoras dos fundos GEF, SCCF, LDCF, AF e GCF. Assim como os BMDs, as agências da ONU geralmente assumem o papel de administradoras e/ou intermediárias do financiamento climático. O **Programa UN-REDD**, iniciado em 2008, reúne o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla em inglês) para apoiar as atividades de REDD+. Sua estrutura de governança dá voz formal aos representantes da sociedade civil e das organizações de povos indígenas. O Fundo Internacional para a Agricultura e o Desenvolvimento (IFAD, sigla em inglês) administra o **Programa de Adaptação para a Agricultura de Pequenos Produtores (ASAP, sigla em inglês)**, que apoia pequenos agricultores na ampliação da adaptação às mudanças climáticas em programas de desenvolvimento rural.

Canais bilaterais para o financiamento climático

Uma parcela significativa do financiamento público climático é gasta bilateralmente e administrada em grande parte por meio de agências de desenvolvimento existentes, embora vários países também tenham criado fundos climáticos bilaterais especiais. Há pouca transparência e consistência na divulgação de alguns financiamentos bilaterais para mudanças climáticas, com os países classificando e declarando por conta própria os fluxos financeiros relevantes para o clima sem um formato de relatório em comum ou verificação independente. A Avaliação Biental de 2024 relatou que US\$ 38,4 bilhões anuais em 2021–2022 foram fornecidos por países desenvolvidos a países em desenvolvimento bilateralmente, além dos gastos por meio de fundos climáticos e instituições financeiras para o desenvolvimento (UNFCCC, 2024a). Uma média anual de quase US\$ 50 bilhões em assistência oficial ao desenvolvimento relacionada ao clima foi reportada ao Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico no mesmo ano.

A **Iniciativa Internacional do Clima (IKI, sigla em alemão)** da Alemanha disponibilizou um total de quase 7 bilhões de euros para mais de 1.000 projetos de mitigação, adaptação e REDD+ desde sua criação em 2008. A iniciativa é financiada de forma inovadora, em parte, por meio da venda de certificados nacionais de emissão negociáveis, fornecendo financiamento em grande parte adicional aos compromissos de financiamento para o desenvolvimento existentes (BMUV, 2024).

O Governo do Reino Unido destinou 5,8 bilhões de libras esterlinas ao seu **Financiamento Climático Internacional (ICF, sigla em inglês)** de 2016 a 2021. Em 2019, ele anunciou a duplicação de seus investimentos para ajudar os países em desenvolvimento a combater as mudanças climáticas entre 2021 e 2026, chegando a 11,6

bilhões de libras esterlinas. O Reino Unido aloca uma parcela significativa por meio de fundos multilaterais específicos, incluindo os CIFs e o Fundo Verde para o Clima. Juntamente com a Alemanha, a Dinamarca e a Comissão Europeia, o Reino Unido também contribui para o **NAMA Facility**, que apoia ações de mitigação nacionalmente apropriadas em países em desenvolvimento e economias emergentes que desejam implementar medidas de mitigação ambiciosas. A Alemanha, o Reino Unido e a Dinamarca também apoiam o **Fundo de Parceria Global para o Clima (GCPF, sigla em inglês)**, gerido pelo Ministério Federal Alemão do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Segurança Nuclear e Proteção ao Consumidor (BMUV, sigla em alemão), o banco de desenvolvimento da Alemanha que se concentra em energia renovável e eficiência energética por meio de parcerias público-privadas. A Alemanha e o Reino Unido também apoiam o **Programa REDD+ for Early Movers (REM, sigla em inglês)**. A Alemanha também é a principal contribuinte para a nova iniciativa **Escudo Global contra os Riscos Climáticos**, com outros países desenvolvidos (por exemplo, Canadá, França, Reino Unido, Dinamarca e Luxemburgo) também prometendo apoio de cerca de 350 milhões de euros para fornecer proteção financeira e seguro contra riscos de perdas e danos em países vulneráveis ao clima (BMZ, 2024). A **Iniciativa Internacional da Noruega para o Clima e Florestas (NICFI, sigla em inglês)** prometeu US\$ 350 milhões por ano desde 2008 por meio de parcerias bilaterais, canais multilaterais e sociedade civil. Além disso, foram feitas promessas consideráveis para atividades de REDD+ em países como Brasil, Indonésia, Tanzânia e Guiana.

A cooperação bilateral conjunta também abriu caminho para uma série de **Parcerias para a Transição Energética Justa (JETPs, sigla em inglês)**. Essas plataformas nacionais reúnem uma série de economias avançadas com uma oferta de financiamento para a descarbonização rápida e equitativa em um país de renda média — embora permaneçam em grande parte indefinidas e altamente específicas de cada país (Hadley et al., 2022). A primeira JETP foi anunciada na COP26 em 2021 na África do Sul, prometendo US\$ 8,5 bilhões em apoio programático, enquanto na COP27 uma JETP foi lançada na Indonésia, com US\$ 20 bilhões destinados a apoiar sua transição para eletricidade limpa. Além disso, a JETP do Vietnã foi anunciada em dezembro de 2022 com financiamento inicial de US\$ 15,5 bilhões para o período de 2023 a 2028. Em junho de 2023, foi anunciado uma JETP com o Senegal com valor inicial de 2,5 bilhões de euros ao longo de 3 a 5 anos. As Filipinas ainda estão envolvidas em discussões para uma JETP que apoie sua transição para energia limpa, enquanto a Índia não busca mais tal estrutura de parceria. Aliás, é digno de nota que cada JETP possui diferentes parceiros internacionais. No início de março de 2025, o governo dos Estados Unidos, sob a administração Trump, anunciou que retiraria seu apoio às JETPs para a África do Sul, Vietnã e Indonésia, onde fazia parte do respectivo Grupo de Parceiros Internacionais (Chime, 2025).

Fundos e canais regionais, nacionais e colaborativos para as mudanças climáticas

Vários países em desenvolvimento e grupos de países estabeleceram canais e fundos regionais e nacionais com uma variedade de formas e funções, financiados por meio de financiamento internacional e/ou alocações orçamentárias nacionais e do setor privado nacional. O **Fundo para as Mudanças Climáticas da Indonésia** foi uma das primeiras instituições a ser estabelecida. O **Fundo Amazônia** do Brasil, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é o maior fundo climático nacional,

com um compromisso de US\$ 1,93 bilhão por parte da Noruega, Alemanha, Suíça, Dinamarca, Reino Unido, Comissão Europeia, Japão e Estados Unidos. A operação do fundo e o cumprimento dos compromissos, que foram paralisados durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, foram reativados durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Existem também fundos nacionais para mudanças climáticas em Bangladesh, Benin, Camboja, Etiópia, Guiana, Maldivas, Mali, México, Filipinas, Ruanda e África do Sul. Outros países propuseram fundos nacionais para mudanças climáticas em suas estratégias e planos de ação para mudanças climáticas. Em muitos casos, o PNUD atuou como administrador inicial dos fundos nacionais, aumentando a confiança dos contribuintes no cumprimento de bons padrões de administração, mas muitos países estão agora transferindo essas tarefas para instituições nacionais. No entanto, dados sobre a capitalização de fundos nacionais para mudanças climáticas não estão disponíveis de forma consistente.

Os fundos nacionais para mudanças climáticas despertaram interesse logo, em grande parte porque foram estabelecidos com estruturas de governança independentes que atendiam a altos níveis de transparência e inclusão e canalizavam financiamento com rapidez para projetos adequados às circunstâncias de cada país e alinhados às prioridades nacionais. Trabalhar por meio de sistemas nacionais coordenados também poderia melhorar a eficiência das transações. Na prática, contudo, o impacto dos fundos nacionais no fortalecimento da apropriação e coordenação nacionais ainda está por ser verificado, e os montantes de financiamento que esses fundos captaram costumam ser bem modestos. Ao mesmo tempo, muitos países em desenvolvimento estão começando a incorporar o risco climático em suas estruturas fiscais nacionais, além de monitorar as despesas relacionadas ao clima.

A cooperação regional e as coalizões de países particularmente vulneráveis também estão gerando fluxos de financiamento climáti-

co. O **Mecanismo de Seguro contra Riscos Catastróficos do Caribe (CCRIF, sigla em inglês)** foi criado em 2007 com o apoio do Banco Mundial e de outros parceiros de desenvolvimento, mas agora também é financiado a partir de prêmios de países em desenvolvimento. Sendo um fundo de risco composto por 23 países-membros, o CCRIF oferece seguro paramétrico. Da mesma forma, a **Capacidade de Risco Africana (ARC, sigla em inglês)** oferece seguro indexado contra a seca como uma agência especializada da União Africana. Esses modelos de seguro paramétrico são e têm sido replicados em outras regiões.

Outras formas de fundos e veículos de financiamento estão surgindo. O Fórum de Vulnerabilidade Climática (CVF, sigla em inglês) e o V20 criaram um **Fundo Conjunto Multidoador do CVF e do V20**. Vale lembrar que o V20 é grupo dos 20 países mais vulneráveis às mudanças climáticas, representados por seus Ministros das Finanças, que também formam o CVF. Criado em 2009, esse grupo funciona como uma plataforma de colaboração Sul-Sul. O fundo é apoiado por contribuições públicas e filantrópicas e foi estabelecido em 2020 como uma ferramenta voluntária de financiamento e implementação focada em aumentar a cooperação climática Sul-Sul entre os 58 membros do CVF e do V20. O fundo também está vinculado às atividades da iniciativa **Escudo Global** para lidar com perdas e danos, anunciada conjuntamente pelo Grupo dos Sete (G7) e pelo V20 na COP27. Durante a COP28, o Brasil anunciou a criação de um fundo multilateral de investimento para a conservação global de florestas tropicais, denominado **Fundo de Florestas Tropicais**. Esse fundo investiria contribuições de fundos soberanos, fundações filantrópicas e investidores, fornecendo financiamento todos os anos às nações com florestas tropicais, caso mantivessem ou recuperassem sua cobertura florestal, e, ao mesmo tempo, devolvendo capital aos credores (Mongabay, 2024).

Referências e leituras complementares

- BMUV (2024) The International Climate Initiative (IKI). Berlin: Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation, Nuclear Safety and Consumer Protection. <https://www.international-climate-initiative.com/en/>
- BMZ (2024) Global Shield against Climate Risk. Berlin: Federal Ministry of Economic Cooperation and Development. <https://www.bmz.de/en/issues/climate-change-and-development/global-shield-against-climate-risks>
- Chime, V. (2025) US withdraws from coal-to-clean JETP deals for developing nations. Climate Home News, 7 March 2025. <https://www.climatechangenews.com/2025/03/07/us-withdraws-from-coal-to-clean-jetp-deals-for-developing-nations/>
- Climate Funds Update: www.climatefundsupdate.org
- EIB, EBRD, AfDB, ADB, AfDB, IDB, Islamic Development Bank, New Development Bank, Council of Europe Development Bank and WB (2024) 2023 Joint report on multilateral development banks' climate finance. Luxembourg: European Investment Bank. <https://publications.iadb.org/en/2023-joint-report-multilateral-development-banks-climate-finance>
- Hadley, S., Mustapha, S., Colenbrander, S., Miller, M. and Quevedo, A. (2022). Country platforms for climate action: Something borrowed, something new? London: ODI. https://cdn.odi.org/media/documents/ODI_Emerging_analysis_Country_platforms_for_climate_action.pdf

- Heinrich Böll Stiftung Washington, Stamp Out Poverty, ActionAid, Brot für die Welt, Practical Action (2021) Unpacking finance for loss and damage. Spotlighting the finance gap. What differentiates financing for addressing loss and damage from other types of finance? Washington, DC: Heinrich Böll Stiftung Washington, DC; London: Stamp Out Poverty; and Berlin: Brot für die Welt. <https://us.boell.org/sites/default/files/2021-05/Spotlighting%20the%20Finance%20Gap%20-%20Loss%20and%20Damage%20brief%203.pdf>
- IHLEG (2024). Raising ambition and accelerating delivery of climate finance. Third report of the Independent High-Level Expert Group on climate finance. London: Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment, London School of Economics and Political Science. https://www.lse.ac.uk/granthaminstitute/wp-content/uploads/2024/11/Raising-ambition-and-accelerating-delivery-of-climate-finance_Third-IHLEG-report.pdf
- Mathiesen, K. (2025) Trump rescinds \$4B in US pledges for UN climate fund. POLITICO, 2 February 2025. <https://www.politico.eu/article/donald-trump-rescind-4-billion-us-pledge-un-climate-fund/>
- Mongabay (2024) Brazil's big push for tropical forest funding gets support for 2025 debut. December 23, 2024. Available at: <https://news.mongabay.com/2024/12/brazils-big-push-for-tropical-forest-funding-gets-support-for-2025-debut/>
- Nakhooda, S., Fransen, T., Caravani, A., Kuramochi, T., Prizzon, A., Shimizu, N., Halimanjaya, A., Tilley, H. and Welham, B. (2013) Mobilising international climate finance: lessons from the fast-start finance period. London: Overseas Development Institute and Washington, DC: World Resources Institute. <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/8686.pdf>
- Naran, B., Buchner, B., Price, M., Stout, S., Taylor, M., and Zabeida, D. (2024) Global Landscape of Climate Finance 2024: Insights for COP29. San Francisco: CA: Climate Policy Initiative. <https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2024/10/Global-Landscape-of-Climate-Finance-2024.pdf>
- OECD (2015) Climate finance in 2013-14 and the USD 100 billion goal. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development and Climate Policy Initiative. <http://www.oecd.org/env/climate-finance-in-2013-14-and-the-usd-100-billion-goal-9789264249424-en.htm>
- OECD (2019) Climate finance provided and mobilized by developed countries in 2013-2017. Paris: OECD. <https://doi.org/10.1787/39faf4a7-en>
- OECD (2020) Climate finance provided and mobilised by developed countries in 2013-2018. Paris: OECD. <https://www.oecd.org/newsroom/climate-finance-for-developing-countries-rose-to-usd-78-9-billion-in-2018oecd.htm>
- OECD (2021) Climate Finance Provided and Mobilised by Developed Countries: Aggregate trends updated with 2019 data, Climate Finance and the USD 100 Billion Goal. Paris: OECD. <https://doi.org/10.1787/03590fb7-en>
- OECD (2022) Climate finance provided and mobilised by developed countries in 2016-2020. Paris: OECD. <https://www.oecd.org/environment/climate-finance-provided-and-mobilised-by-developed-countries-in-2016-2020-286dae5d-en.htm>
- OECD (2023) Climate Finance Provided and Mobilised by Developed Countries in 2013-2021: Aggregate Trends and Opportunities for Scaling Up Adaptation and Mobilised Private Finance, Climate Finance and the USD 100 Billion Goal. Paris: OECD. <https://doi.org/10.1787/e20d2bc7-en>
- OECD (2024a) Doubling Adaptation Finance: Efforts to Respond to the Call of the Glasgow Climate Pact. OECD Publishing, Paris. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Doubling%20Adaptation%20Finance_Efforts%20to%20Respond%20to%20the%20Call%20of%20the%20Glasgow%20Climate%20Pact.pdf
- OECD (2024b) Climate Finance Provided and Mobilised by Developed Countries in 2013-2022. Paris: OECD. https://www.oecd.org/en/publications/climate-finance-provided-and-mobilised-by-developed-countries-in-2013-2022_19150727-en/full-report.html
- Richards, J. and Schalatek, L. (2017) Financing loss and damage: a look at governance and implementation options. Washington, DC: Heinrich Böll Stiftung. https://www.boell.de/sites/default/files/loss_and_damage_finance_paper_update_16_may_2017.pdf?dimension1=division_oen
- Schalatek, L. (2023) Compromise Transitional Committee Outcome Falls Short of Expectations and Climate Justice. Washington, DC: Heinrich Böll Stiftung. <https://us.boell.org/en/2023/11/15/compromise-transitional-committee-outcome-falls-short-expectations-and-climate-justice>
- UNFCCC (2010) Report of the Conference of the Parties on its fifteenth session, held in Copenhagen from 7 to 19 December 2009. Decision2/CP.15. Bonn: United Nations Framework Convention on Climate Change. <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2009/cop15/eng/11a01.pdf>
- UNFCCC (2012) Report of the Conference of the Parties on its seventeenth session, held in Durban from 28 November to 11 December 2011. FCCC/CP/2011/9/Add.1. Bonn: UNFCCC. <https://unfccc.int/resource/docs/2011/cop17/eng/09a01.pdf>

- UNFCCC (2015) Paris Agreement. FCCC/CP/2015/10/Add.1. Bonn: UNFCCC. http://unfccc.int/paris_agreement/items/9485.php
- UNFCCC (2016) Report of the Conference of the Parties to its twenty-first session, held in Paris from 30 November to 13 December 2015. FCCC/CP/2015/10/Add.1. Bonn: UNFCCC. <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2015/cop21/eng/10a01.pdf>
- UNFCCC (2021) Rules, modalities and procedures for the mechanism established by Article 6, paragraph 4, of the Paris Agreement. Decision -/CMA.3 (advance unedited version). Bonn: UNFCCC. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma3_auv_12b_PA_6.4.pdf
- UNFCCC (2022) Fifth Biennial assessment and overview of climate finance flows – 2022. Bonn: UNFCCC Standing Committee on Finance. <https://unfccc.int/topics/climate-finance/resources/biennial-assessment-and-overview-of-climate-finance-flows>
- UNFCCC (2023a) Outcome of the first global stocktake. Decision 1/CMA.5 Document FCCC/PA/CMA/2023/16/Add.1. Dubai: United Nations Framework Convention on Climate Change. Available at: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2023_16a01_adv_.pdf
- UNFCCC (2023b) Operationalization of the new funding arrangements, including a fund, for responding to loss and damage referred to in paragraphs 2–3 of decisions 2/CP.27 and 2/CMA.4. Bonn: UNFCCC. Decision 1/CP.28 and 5/CMA.5. Advanced unedited version. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cop28_auv_8g_lnd.pdf
- UNFCCC (2024a) Sixth Biennial assessment and overview of climate finance flows – 2024. Bonn: UNFCCC Standing Committee on Finance. <https://unfccc.int/topics/climate-finance/resources/biennial-assessment-and-overview-of-climate-finance-flows>
- UNFCCC (2024b) New collective quantified goal on climate finance. Bonn: UNFCCC. Decision -/CMA.6. Advanced unedited version. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/CMA_11%28a%29_NCOG.pdf
- UNFCCC (2024c) Second report on the determination of the needs of developing country Parties related to implementing the Convention and the Paris Agreement. Bonn: UNFCCC Standing Committee on Finance. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/UNFCCC_NDR2_Report_Web_Final.pdf
- UNFCCC (2024d) Report on the doubling of adaptation finance. Bonn: UNFCCC Standing Committee on Finance. <https://unfccc.int/process-and-meetings/bodies/constituted-bodies/standing-committee-on-finance-scf/scf-activities/measurement-reporting-and-verification-of-support-beyond-the-biennial-assessment-and-overview-of/report-on-the-doubling-of-adaptation-finance>
- UNFCCC (2024e) Report of the Fund for responding to Loss and Damage and guidance to the Fund. Bonn: UNFCCC. Decision -/CP.29. Advanced unedited version. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/COP_8%28e%29_FRLD_report.pdf
- UNFCCC (2024f) Fourth Meeting of the Board of the Fund for responding to Loss and Damage, held in Manila from 02 to 05 December 2024. Bonn: UNFCCC. <https://unfccc.int/event/fourth-meeting-of-the-board-of-the-fund-for-responding-to-loss-and-damage>
- V20 (2022) Climate vulnerable economies loss report. Economic losses attributable to climate change in V20 in V20 economies over the last two decades (2000-2019). Geneva: Climate Vulnerable Forum (CVF) and Vulnerable Twenty Group (V20). https://www.v-20.org/wp-content/uploads/2022/06/Climate-Vulnerable-Economies-Loss-Report-June-14_compressed-1.pdf
- World Bank (2024) Joint Multilateral Development Banks (MDBs) Statement for COP 29 – MDBs' Support to Implementing the Paris Agreement. Washington, DC: World Bank. <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/bdeea9b0aeb98d9ca20d9140a208b9e1-0020012024/original/Joint-MDB-Statement-for-COP29.pdf>